

Impasse ameaça Constituinte

Os principais líderes do Centrão mobilizavam-se ao entardecer de ontem no propósito de reunir hoje em Brasília maioria suficiente para fazer aprovar o texto de sua autoria sobre a Ordem Econômica, um dos títulos mais polémicos do texto constitucional a ser votado pela Constituinte, pois envolve questões como a da definição de empresa nacional, exploração mineral, reforma agrária e contratos de risco da Petrobrás. No curso dos últimos seis dias desenrolaram-se penosas negociações entre as partes envolvidas na questão. De um lado os líderes do Centrão, argumentando que com suas bandeiras estão defendendo a livre empresa, a qual, na conceituação que possuem, não pode sofrer limitações. De outra parte, há o grupo do senador Mário Covas, que reúne as esquerdas, as quais advertem que todos os países capitalistas, mesmo os mais desenvolvidos como os Estados Unidos, estabelecem restrições ao capital estrangeiro.

A princípio tudo parecia indicar que as negociações desenvolvidas iam chegar a um bom termo, pelo menos no que concerne à definição de empresa nacional. Houve transigência de parte a parte e se elaborou um texto comum, no qual funcionou como assessor o advogado Carlos Leoni Siqueira, especialista na matéria. Mas ontem pela manhã já era possível perceber que o acordo estava ameaçado de naufragar. Diversas lideranças do Centrão passaram a classificar de capitulação o texto elaborado como ponto de partida para o acordo. Lembravam que o Centrão havia sido constituído com a finalidade precípua de influir na votação da Ordem Econômica. Se o Centrão se omitisse de tomar posição sobre esse problema, teria perdido a principal finalidade da sua existência. Destacaram-se nas críticas ao texto do acordo, deputados como José Lourenço, Luiz Eduardo Magalhães, Delfim Netto, Ricardo

Fiúza e José Lins, entre outros.

Os deputados José Lourenço, líder do PFL, e Carlos Sant'Anna, líder do Governo, acreditam que têm condições de obter hoje no plenário da Constituinte 296 votos favoráveis à aprovação da emenda do Centrão que dispõe sobre a Ordem Econômica. O deputado Gastoni Righi, líder do PTB, diz que dos 26 parlamentares de sua bancada, pelo menos 20 deles votarão a favor da emenda do Centrão. Mas depois de votado o título da ordem Econômica, previne Righi que a maioria da sua bancada não assume nenhum outro compromisso, a não ser com as emendas individuais que subcreveu, as quais poderão alterar profundamente a matéria original. Previne Righi que o PTB não pode acompanhar a orientação da direita da Constituinte em matérias como empresa nacional, exploração mineral e outras questões. Mas a estratégia já definida pelas lideranças do Centrão, depois de votado o título da Ordem Econômica, é a de não dar quorum às emendas que venham a alterar substancialmente o que for aprovado em sua forma original.

Buraco negro

Três influentes personalidades políticas da Constituinte trocavam idéias ontem à tarde sobre o impasse em que ameaça se transformar a votação da Ordem Econômica na Constituinte. Os três chegaram à conclusão de que seria preferível que, nas sucessivas votações desse título, nenhum dos grupos em conflito alcançasse o quorum desejado. Com isso a Constituição ficaria omissa nos dispositivos em que se pretende regulamentar a Ordem Econômica, o que seria mais tarde definido por lei ordinária. Mas o deputado Luiz Roberto Ponte, do Centrão, que muito lutou pelo acordo, acha que se o seu bloco não conseguir aprovar a emenda de sua autoria,

há o risco da maitria da Constituinte ser receptiva ao texto da Comissão de Sistematização.

Receio de Amaral Neto

O deputado Amaral Neto, líder do PDS, encontra-se convencido, desde a manhã de ontem, que a Constituinte ameaça entrar num impasse a partir da votação hoje da Ordem Econômica. Isso porque, de acordo com sua avaliação, o grupo que se sentir ameaçado de derrota pode se retirar do plenário, evitando quorum para qualquer tipo de decisão.

Ameaças no ar

O deputado Jorge Arbage, do PDS do Pará, afirma que há grupos poderosos e influentes tentando adiar para 89 as eleições municipais deste ano e procurando inviabilizar por completo a Constituinte. Arbage fala na condição de 2º vice-presidente da Constituinte.

Não dos japoneses

O governador Hélio Gusiros, do Pará, esteve recentemente no Japão, à cata de investimentos estrangeiros. Nos seus contatos com as autoridades daquele país, fez menção ao gesto de boa vontade do Pará, que, no início deste século, doou extraordinária área de terras a japoneses, que para lá emigraram, transformando o território ocupado numa das regiões mais desenvolvidas e prósperas do Estado. De nada, no entanto, valeram os argumentos de ordem sentimental levantados pelo governador. As autoridades japonesas responderam secamente que só se dispõem a novamente investir no Brasil, depois que tivermos resolvido o problema da nossa dívida externa com os banqueiros internacionais.